



CLIPPING



11 de
NOVEMBRO
2022

EMPOUCASLINHAS

➤ Os projetos “Museu Criança” e “Justiça na Escola”, do Tribunal de Justiça do Pará, conquistaram a 3ª e a 4ª colocação na 3ª edição do Prêmio Inova Servidor - Consolidando a Cultura da Inovação.

➤ **A premiação é promovida pela Escola de Governança Pública do Estado do Pará e Secretaria de Estado de Planejamento e Administração, na modalidade de serviço.**

➤ Os projetos premiados foram desenvolvidos por servidores e colaboradores do Departamento de Documentação e Informação, vinculado à Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

SEMANA DE CONCILIAÇÃO

Casamento vai unir 42 casais

EDUARDO ROCHA
DA REDAÇÃO

O encerramento da XVII Semana Nacional de Conciliação será marcado hoje pela cerimônia de Casamento Comunitário, a partir das 9 horas, no auditório Maria

Lúcia Gomes dos Santos, do edifício-sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Quarenta e dois casais irão oficializar suas uniões. Os casamentos serão formalizados pelo juiz Líbio Araújo Moura e pela juíza Ana Lúcia Bentes Lynch.

O casamento é uma iniciativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), também responsável pelo cumprimento da Semana Nacional de Conciliação no âmbito do Poder Judiciário do Pará. Para a

realização do casamento, o Nupemec conta com a parceria do Cartório do 2º Ofício de Registro Civil - Guedes de Oliveira e da Floricultura Bem-me-quer. Ao final da cerimônia, haverá sorteio de 25 brindes entre os casais participantes.

CONCILIAÇÃO

Com o slogan "Menos Conflitos e Mais Recomeço", a 17ª edição da Semana Nacional da Conciliação estimula o uso do método da conciliação como instrumento efetivo de pacificação social e solução de litígios, incumbindo aos órgãos judiciários oferecer mecanismos de soluções de controvérsias, por meios consensuais.

Assim, busca-se disseminar a cultura da paz e do diálogo, além de propiciar maior rapidez na solução das demandas, com resultados sociais expressivos e reflexos significativos na redução da quantidade de processos judiciais.

Como informa o TJPA, a Semana é um esforço concentrado para estimular o método de resolução de conflitos, mas a conciliação pode ser solicitada o ano todo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

OPERAÇÃO CERBERUS

Polícia Civil prende 32 foragidos da Justiça

CAMILA AZEVEDO
DA REDAÇÃO

A Polícia Civil do Pará (PC) prendeu 32 foragidos da justiça em mais uma fase da operação denominada “Cerberus”, na quarta-feira (9), no município de Dom Eliseu, nordeste do Pará. O objetivo da iniciativa é realizar o levantamento e dar cumprimento a mandados de prisão em aberto contra pessoas acusadas de crimes.

Ao todo, 64 mandados de prisão preventiva foram levantados pela PC. Eles foram expedidos por meio da Comarca de Dom Eliseu. Outros seis municípios fizeram parte da operação: Ananindeua, Goianésia, Tailândia, Itaituba, Rondon do Pará e Cachoeira do Piriá.

Também houve prisões em cidades de outros Estados, como Imperatriz, Açailândia, Itinga, São Luís e Balsas, no Maranhão; Paiçandu, no Paraná; e Inocência, no Mato Grosso do Sul.

Durante o cumprimento de um manda-

do em Dom Eliseu, os agentes localizaram, junto ao suspeito, porções de entorpecentes, além de invólucros utilizados para a embalagem e comercialização de drogas. Todo o material foi apreendido e, além do cumprimento do mandado de prisão preventiva, o indivíduo foi autuado em flagrante pelo crime de tráfico de drogas.

Esta etapa da operação “Cerberus” contou com a participação de policiais civis da 3ª, 7ª e 10ª Regiões Integradas de Segurança Pública (Risp), lotados nos municípios de Paragominas, Mãe do Rio, Ulianópolis, Aurora do Pará, Ipixuna, Irituia, São Miguel do Guamá, Santa Maria, Marabá, Rondon do Pará, Abel Figueiredo e Bom Jesus do Tocantins.

Os trabalhos policiais vão prosseguir com o objetivo de dar cumprimento aos demais mandados em aberto, bem como levantar informações sobre outros criminosos foragidos da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

TODO MUNDO EM CANA

POLÍCIA CIVIL DO PARÁ

Nesta etapa, o foco da operação foram criminosos com ma:

OPERAÇÃO CERBERUS

JR Avelar

A Diretoria de Polícia do Interior da Polícia Civil do Pará deflagrou, na última quarta-feira (09), mais uma fase da operação denominada “Cerberus”, com o objetivo de realizar o levantamento e dar cumprimento à mandados de prisão em aberto contra pessoas acusadas por diversos crimes tanto no Estado do Pará como em outros quatro Estados da federação.

Nesta etapa, o foco da operação foram criminosos com mandados pendentes expedidos pela comarca do município de Dom Eliseu, região nordeste paraense que contabilizava 64 mandados de prisões preventivas em aberto contra foragidos da Justiça sendo que 32 foram devidamente cumpridos, com as prisões dos indiciados.

As prisões ocorreram nos municípios paraenses de Dom Eliseu, Ananindeua, Goianésia, Tailândia, Itaituba, Rondon do Pará e Cachoeira do Pirá. Também houve prisões em municípios de outros estados da federação, como Imperatriz, Açailândia, Itinga, São Luís e Balsas, no Maranhão, Paicandu no Paraná, e Inocência no Mato Grosso do Sul.

Foi dentro de mais uma fase da “Operação Cerberus” que



Os trabalhos policiais vão prosseguir com o objetivo de dar cumprimento aos demais mandados em aberto, bem como levantar informações sobre outros criminosos

faz alusão à criatura responsável por impedir a fuga das almas de criminosos que tentavam escapar do inferno de acordo com a mitologia grega.

LISTÃO DOS PRESOS

Foram presos Maria Aparecida, Antônio dos Santos, Ro-

drigo de Souza, Adilton Rodrigues, Taynara Reis, Zidanne Sousa, Dione Gomes, Francisco Lima, Aurea da Silva, Jeozasque Nascimento, Lucas Sousa, Iaguy Sousa, Jose Almeida, Ednaldo dos Santos, Francisco Carlos, Janaina da Silva, Patricia Silva, Eliete Araújo, Gere-

mias da Silva, Francisco Souza, Daniel dos Santos, Francisco Alves, Diógenes Parias, Wesley de Alcântara, Samoel Ferreira, Alexandre Castilho, Antônio Ferreira, Tomaz Lopes, Jocile Feitosa e Rudiner Silva.

Durante o cumprimento de um mandado no município de Dom

Eliseu, os agentes localizaram, junto ao suspeito Ednaldo dos Santos, porções de entorpecentes. Todo o material foi apreendido e além do cumprimento do mandado de prisão preventiva, ele foi autuado em flagrante pelo crime de tráfico de drogas.

Esta etapa da operação “Cer-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PRENDE 32 FORAGIDOS

ndados pendentes expedidos pela Comarca de Dom Eliseu



foragidos da Justiça FOTOS: DIVULGAÇÃO

berus" contou com a participação de policiais civis da 3ª, 7ª e 10ª Regiões Integradas de Segurança Pública, lotados nos municípios de Paragominas, Mãe do Rio, Ulianópolis, Aurora do Pará, IPIXUNA, Irituia, São Miguel do Guamá, Santa Maria, Marabá, Rondon do Pará, Abel Figueire-

do e Bom Jesus do Tocantins. Segundo o delegado Hennison Jacó, diretor de Polícia do Interior, os trabalhos policiais vão prosseguir com o objetivo de dar cumprimento aos demais mandados em aberto, bem como levantar informações sobre outros criminosos foragidos da Justiça.



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SEXTA-FEIRA**

PRF APREENDE 30 QUILOS DE
COCAÍNA EM VITÓRIA DO XINGU
PÁGINA 3

Diário do Pará

POLÍCIA**PEDIA PIX E NUDES**

POLÍTICO FAKE DÁ GOLPE EM MULHERES E É PRESO

ESTELIONATO

A Divisão de Combate a Crimes Contra Grupos Vulneráveis Praticados Por Meios Cibernéticos (DCCV) da Polícia Civil do Pará deu cumprimento, nesta quinta-feira (10), a mandados de busca e apreensão e prisão preventiva contra um homem investigado pela prática dos crimes de extorsão e estelionato praticados contra mulheres. A prisão ocorreu no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém.

As investigações apontam que o indivíduo utilizava perfis falsos em redes sociais, onde se identificava como político em atuação no Pará, para estabelecer relacionamentos com as vítimas. Após o contato, ele passava a oferecer

empregos e solicitava empréstimos às mulheres.

Algumas chegaram, inclusive, a efetuar transferências via PIX ao investigado. O trabalho policial apontou, ainda, que algumas mulheres chegaram a enviar conteúdo sexual ao homem, que realizava ameaças de divulgação mediante pagamento de valores em dinheiro.

Durante o cumprimento dos mandados, foram apreendidos, na residência do investigado, quatro smartphones e chips de telefonia. O material apreendido foi encaminhado à perícia e anexado ao inquérito que apura o caso. O indivíduo foi encaminhado à unidade policial e, após os procedimentos cabíveis, remetido ao sistema prisional, onde ficará à disposição do Poder Judiciário.



O homem se passava por político e fazia diversas promessas às vítimas FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Casamento Comunitário: 42 casais oficializam união no término da Semana de Conciliação, nesta sexta (11)

Será a partir das 9h, na sede do Tribunal de Justiça do Pará

O Liberal

11.11.22 7h30



Casamento comunitário formalizou uniões de fato para garantir direitos. (Ricardo Lima; TJE-PA)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O encerramento da XVII Semana Nacional de Conciliação será marcado, nesta sexta-feira (11), com a cerimônia de Casamento Comunitário, a partir das 9 horas, no auditório Maria Lúcia Gomes dos Santos, do edifício-sede do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Quarenta e dois casais irão oficializar suas uniões. Os casamentos serão formalizados pelo juiz Líbio Araújo Moura e pela juíza Ana Lúcia Bentes Lynch.

O casamento é uma iniciativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), também responsável pelo cumprimento da Semana Nacional da Conciliação no âmbito do Poder Judiciário do Pará. Para a realização do casamento, o Nupemec conta com a parceria do Cartório do 2º Ofício de Registro Civil – Guedes de Oliveira e da Floricultura Bem-me-quer. Ao final da cerimônia, haverá sorteio de 25 brindes entre os casais participantes.

Semana da Conciliação

Com o slogan "Menos Conflitos e Mais Recomeço", a 17ª edição da Semana Nacional da Conciliação estimula o uso do método da conciliação como instrumento efetivo de pacificação social e solução de litígios, incumbindo aos órgãos judiciários oferecer mecanismos de soluções de controvérsias, por meios consensuais. Assim, busca-se disseminar a cultura da paz e do diálogo, além de propiciar maior rapidez na solução das demandas, com resultados sociais expressivos e reflexos significativos na redução da quantidade de processos judiciais.

Como informa o TJPA, a Semana é um esforço concentrado para estimular o método de resolução de conflitos, mas a conciliação pode ser solicitada o ano todo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

MPPA recebe denúncia de irregularidades na semifinal da Segundinha e pede explicações à FPF

Ação do Santa Rosa diz que partida contra o Cametá, realizada no Parque do Bacurau, ocorreu sem laudos técnicos.

Caio Maia

10.11.22 16h55



**Partida no Parque do Bacurau teria ocorrido sem laudos dos bombeiros.
(Divulgação / Cametá)**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

O **Ministério Público do Pará (MPPA)** vai pedir esclarecimentos à **Federação Paraense de Futebol (FPF)** depois de receber uma **denúncia sobre a partida entre Cametá e Santa Rosa, válida pela semifinal da Segundinha**. De acordo com a denúncia, o jogo de volta do duelo, que ocorreu no último domingo (6), no Parque do Bacurau, casa do Cametá, **foi realizado em um estádio com o laudo de segurança vencido**.

A denúncia foi feita pelo Santa Rosa, clube que foi eliminado para o Cametá nas semifinais da Segundinha. A ação afirma que **havia problema em dois laudos: o da Polícia Militar, que estava vencido, e o do Corpo de Bombeiros, que é inexistente**.

De acordo com o advogado do clube, Emerson Dias, caso seja provado que o Cametá mandou o jogo em um estádio sem laudos técnicos, **há a possibilidade do Mapará receber uma punição grave**.

"Desde a criação da lei federal, denominada Estatuto do Torcedor, em 2003, não há na história do futebol do Brasil a realização de um jogo profissional com público em um estádio sem laudo ou com o laudo vencido. Se a denúncia for provada, ficará constatado um fato muito grave, pois o Estatuto do Torcedor foi violado pela FPF e pelo Cametá", disse Emerson.

Após a denúncia, o promotor Isaac Sacramento abriu um processo administrativo para apurar o caso. Depois de receber a resposta solicitada à FPF, o MP vai decidir se leva ou não o caso à Justiça.

O que diz a FPF

Em contato com o Núcleo de Esportes de O Liberal, o presidente da FPF, Ricardo Gluck Paul, informou que a entidade ainda não foi notificada pelo MP sobre o caso. O mandatário do futebol no estado completou dizendo que, assim

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

que foi notificada, a FPF responderá os devidos questionamentos diretamente ao MP.

Punições

As punições previstas no artigo 37 do Estatuto do Torcedor podem afetar o clube e a Federação de várias maneiras. **Entre as sanções previstas vão desde o afastamento de dirigentes até a aplicação de multa, que pode chegar a R\$ 2 milhões.**

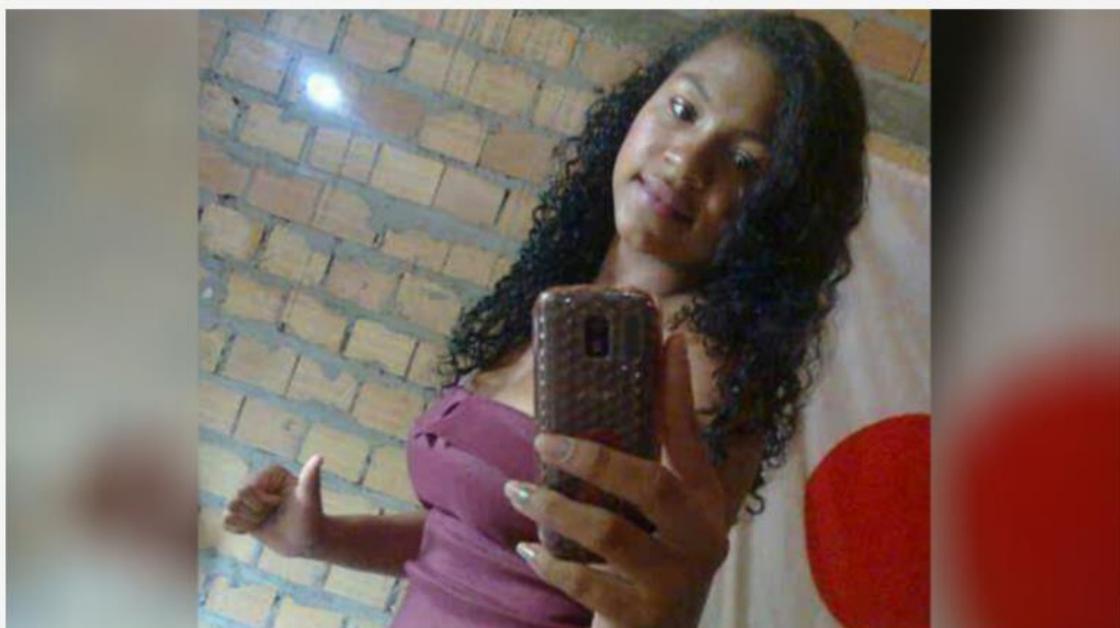
Além disso, caso seja instaurado um processo para apurar a denúncia, haverá o afastamento compulsório dos dirigentes, além da suspensão dos repasses de verbas públicas, até a decisão final.

ANANINDEUA

Utinga: acusados de gravar morte de jovem vão a julgamento

Crime aconteceu em 2016 em uma área de mata do Utinga; a jovem Mayara da Silva Martins foi atraída pela irmã até os criminosos, sendo torturada e morta em seguida. Tudo foi filmado e compartilhado

quinta-feira, 10/11/2022, 22:28 - Atualizado em 10/11/2022, 22:28 - Autor: Com informações de Cácia Medeiros/RBATV



 O corpo de Mayara foi encontrado pelo pai dela, dentro da mata do Utinga, com várias perfurações de tiros | Reprodução

Marcio Guilherme Prado Lima Filho (Bogalo), José Adriano Gomes Santos (Adriano Gordo) e Tayná de Jesus Martins de Lima foram a julgamento nesta quinta-feira (10), em Ananindeua, indiciados pela morte da jovem Mayara da Silva Martins, torturada e executada em uma área de mata no Utinga em 14 de julho de 2016.

+ [PA: atos bolsonaristas têm apoio de políticos e empresários](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A tortura da vítima, na época, [chegou a ser gravada](#) por um dos criminosos e compartilhada nas redes sociais. Ao todo, 14 pessoas participaram da morte da jovem, que tinha 19 anos.

Desde que o crime aconteceu, 11 pessoas foram indiciadas: [dois foram julgados](#) no ano passado, um morreu em confronto com a polícia e, hoje, sete foram a julgamento, entre eles os dois mandantes, Bogalo e Adriano Gordo, além de Tayná, irmã de Mayara que ficou responsável por levar a irmã até os torturadores.

Todos os sete envolvidos no crime, e que foram julgados hoje, respondem pelos crimes de homicídio qualificado, associação criminosa com uso de arma de fogo, corrupção de menores e tortura.

O DOL entrou em contato com Tribunal de Justiça do Pará para saber o resultado do julgamento e aguarda retorno.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



ORDEM DO PRESÍDIO

Trio vai a julgamento por morte de sargento em Outeiro

O trio teria participado da articulação na morte do policial militar Josivaldo Andrade da Silva. A ordem para executar o sargento teria partido de dentro do presídio.

quarta-feira, 09/11/2022, 16:06 - Atualizado em 09/11/2022, 16:07 - Autor: Paula Marrocos com informações de Sancha Luna/RBATV



No banco de réus está Fernando Assis Cardoso Silva, Marcilene do Socorro Barbosa Macêdo e o filho dela, Ricardo Barbosa Macêdo | Foto: Sancha Luna / RBATV

Nesta quarta-feira (09), ocorreu o julgamento de Fernando Assis Cardoso Silva, Marcilene do Socorro Barbosa Macêdo e o filho dela, Ricardo Barbosa Macêdo, no Fórum Criminal de Belém.

O trio é réu por participação na morte do sargento da Polícia Militar (PM), [Josivaldo Andrade da Silva, que foi executado com quatro tiros na cabeça, ainda em 2019](#). Durante o interrogatório, os réus negaram a participação no crime.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

+ [Polícia Civil conclui inquérito sobre homicídio de policial militar em Outeiro](#)

O trio teria participado da articulação na morte do policial militar. A ordem para executar o sargento teria partido de dentro do presídio, a mando dos presidiários Renê Pinheiro dos Anjos e Jonatas Rosa Ramos, conhecido como Branco. Jonatas é cunhado da ré Marcilene.

De acordo com Samir Jorge, procurador de justiça, Fernando foi o motorista que auxiliou na fuga dos executores do crime. Já Ricardo foi encontrado com uma arma.

[Yorran Messias Ribeiro, que teria desferido tiros de arma de fogo contra o PM, morreu durante intervenção policial, em 2019](#). O crime aconteceu no dia 14 de maio daquele ano, quando o militar chegava de motocicleta, em sua casa, localizada no distrito de Outeiro. Ele era lotado no Batalhão de Polícia Ambiental e tinha 29 anos na corporação.

Tanto a família dos réus, quanto da vítima, não estiveram presentes no julgamento, que acontece ao longo desta quarta-feira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br